

## ÍNDICE GERAL

<b>I. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>II. CÓDIGO CIVIL COMO CENTRO-REFERÊNCIA DE UM SISTEMA .....</b>	<b>11</b>
1. CÓDIGO COMO UMA NÃO-NECESSIDADE .....	11
2. ORIGEM DO SENTIDO JURÍDICO DO TERMO "CÓDIGO" .....	12
2.1. <i>Origem latina</i> .....	12
2.2. <i>Divisão dos códigos: origem do termo "título" – o "livro" e a "parte" .....</i>	<i>15</i>
3. DIFERENÇA ENTRE "CÓDIGO" E "COMPILAÇÃO" .....	17
4. A IDEIA ATUAL DE "CÓDIGO" .....	20
4.1. <i>Sistemas jurídicos escritos</i> .....	20
4.2. <i>Códigos e leis ordinárias</i> .....	21
4.3. <i>Funções dos códigos</i> .....	21
4.4. <i>Crerios básicos para a elaboração de códigos</i> .....	23
4.5. <i>Outras características dos códigos</i> .....	24
4.6. <i>Códigos e sistemas fechados</i> .....	26
4.7. <i>Códigos e sistemas mistos</i> .....	28
<b>III. PARTE GERAL COMO UMA OPÇÃO LEGISLATIVA .....</b>	<b>30</b>
1. PRINCIPAIS MODELOS EUROPEUS DE CÓDIGOS CIVIS .....	30
2. SISTEMA DOS CÓDIGOS CIVIS BRASILEIROS .....	34
3. SISTEMA EXTERNO DO CÓDIGO CIVIL .....	35
<b>IV. CATEGORIAS FUNDAMENTAIS DOS MODELOS ROMANOS DE SISTEMA .....</b>	<b>37</b>
1. ABSTRAÇÃO NO DIREITO ROMANO .....	37

---

2. O SISTEMA DAS INSTITUTAS DE GAIO .....	39
3. O SISTEMA DAS INSTITUTAS DE JUSTINIANO .....	43
<b>V. SISTEMATIZAÇÃO DAS FONTES ROMANAS PELOS FRANCESES NO SÉCULO XVIII:</b>	
<b>POTHIER .....</b>	<b>51</b>
1. CONTEXTO DA OBRA DE POTHIER.....	51
2. ORIGEM DA UTILIZAÇÃO DO TERMO “ARTIGO” E “CAPUT” .....	54
3. NOVA SISTEMATIZAÇÃO DO D. 50, 17 – “DE DIVERSIS REGULIS IURIS ANTIQUI” .....	58
4. INFLUÊNCIA DO SISTEMA DE POTHIER.....	62
<b>VI. SISTEMATIZAÇÃO DAS FONTES ROMANAS PELOS ALEMÃES ATÉ O SÉCULO XVIII..</b>	<b>66</b>
1. A DIFICULDADE DE CONSULTA AO “CORPUS IURIS CIVILIS” .....	66
2. AS INSTITUTAS COMO CHAVE-DE-LEITURA DO “CORPUS IURIS CIVILIS” .....	67
3. A IDEIA DOS “OBJECTA IURIS” .....	70
4. O CONSOLIDAR DE VÁRIOS CONCEITOS-CHAVE E O “USUS MODERNUS PANDECTARUM”71	
5. PUFENDORF.....	73
6. ALTHUSIUS .....	74
7. DAJES E A DICOTOMIA “PARTE GERAL” E “PARTE ESPECIAL” .....	75
8. PÜTTER E O MÉTODO PARA ESTUDO DO DIREITO.....	77
9. NETTELBLADT – FATO, ATO E NEGÓCIO JURÍDICO .....	78
10. HABERNIKKEL E HOFACKER .....	80
11. DABELOW E A CONSOLIDAÇÃO NO SÉCULO XVIII.....	81
<b>VII. DE HEISE AO BGB: O DIREITO ALEMÃO NO SÉCULO XIX.....</b>	<b>83</b>
1. HEISE E A BASE DA PANDECTÍSTICA .....	83
2. ADAPTAÇÕES DE HAUBOLD.....	87
3. SAVIGNY E A IDEIA DE RELAÇÃO JURÍDICA.....	90
4. INFLUÊNCIA DO SISTEMA SAVIGNYANO: DE PUCHTA AO BGB.....	95
5. EXEMPLO DE INFLUÊNCIA FORA DA ALEMANHA: ALLARA.....	97

6. EXEMPLO DE INFLUÊNCIA FORA DO DIREITO PRIVADO: BÜLOW E A RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL .....	99
---	----

**VIII. A SÍNTESE DA IDEIA EM TEIXEIRA DE FREITAS E OUTROS PROJETOS DE CC BRASILEIRO NO SÉCULO XIX .....** 106

1. TEIXEIRA DE FREITAS E O SISTEMA DA CONSOLIDAÇÃO .....	106
2. TEIXEIRA DE FREITAS E O SISTEMA DO ESBOÇO .....	111
3. A CARTA DE TEIXEIRA DE FREITAS (1867) E O CÓDIGO GERAL .....	112
4. SISTEMATIZAÇÃO FINAL DA PARTE GERAL PARA TEIXEIRA DE FREITAS .....	114
5. A TENTATIVA DE NABUCO DE ARAÚJO .....	115
6. ÚLTIMA TENTATIVA DO IMPÉRIO: FELÍCIO DOS SANTOS .....	115
7. PRIMEIRA TENTATIVA DA REPÚBLICA: COELHO RODRIGUES .....	117

**IX. BEVILÁQUA E O SISTEMA DO CC/1916.....** 118

1. FUNDAMENTO DE SEU SISTEMA.....	118
2. PERCURSO DO PROJETO INICIAL À PROMULGAÇÃO EM 1916.....	119
3. CARACTERÍSTICAS EM FACE DE OUTROS MODELOS DO SÉCULO XX.....	122
4. CRÍTICA DESSE SISTEMA: O PROJETO ORLANDO GOMES .....	124
5. REAFIRMAÇÃO DESSE SISTEMA: PROJETO MIGUEL REALE E A PARTE GERAL DE MOREIRA ALVES.....	127

**X. DIFUSÃO DA IDEIA DA PARTE GERAL NO SISTEMA LATINO-AMERICANO E EM OUTROS SISTEMAS.....** 129

1. QUADRO GERAL DO MOVIMENTO DE CODIFICAÇÃO CIVIL NA AMÉRICA LATINA: BELLO, TEIXEIRA DE FREITAS E SANSFIELD.....	129
2. CONTEXTO LATINO-AMERICANO DE ADOÇÃO DA IDEIA DE UMA PARTE GERAL.....	134
3. OUTROS EXEMPLOS LATINO-AMERICANOS (SÉCULOS XX E XXI).....	137
4. EXEMPLOS EUROPEUS E ASIÁTICOS (SÉCULOS XX E XXI).....	139

**XI. CONVENIÊNCIA DE UMA PARTE GERAL.....** 144

1. ACEITAÇÃO DA IDEIA NO SÉCULO XXI .....	144
---	-----

---

2. FUNÇÃO SISTEMATIZADORA.....	145
3. FUNÇÃO PARA A LEGISLAÇÃO .....	147
4. FUNÇÃO DIDÁTICA E O ESTUDO PARALELO DO DIREITO ROMANO .....	154
5. CONCEITOS LEGAIS E A PRETENSA IMUTABILIDADE DOS CONCEITOS-CHAVE.....	159
<b>XII. CONCLUSÃO.....</b>	<b>163</b>
<b>ÍNDICE ONOMÁSTICO .....</b>	<b>165</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>170</b>